

# Diário do Legislativo de 19/02/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PPS/PRTB/PSB E PV):

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líderes:

2) LIDERANÇA DO BLOCO PFL/PPB:

Líder: Alberto Bejani

Vice-Líderes:

3) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder:

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder:

Vice-Líder:

5) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Jayro Lessa

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder:

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho (PPB)

Vice-Líderes: José Milton, Paulo Piau

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder:

## SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATA

2.1 - Reunião Solene - "Instalação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura"

3 - ORDEM DO DIA

3.1 - Plenário

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

### RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

\* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

\* Adelmo Carneiro Leão

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

\* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Júnior

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

\*Ana Maria

André Quintão Silva (PT)

\*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

\* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

\* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PFL)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

\* Arlen Santiago

Carlos Alberto Bejani (PFL)

\* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

\* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

\* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PPB)

\* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

\* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Júnior (PPB)

\* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

\* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

\* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Elmiro Nascimento (PFL)

\* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

\* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PTB)

\* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

\* Fahim Sawan

Francisco de Assis Simões Thomaz (PT)

\* Chico Simões

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

\* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

\* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

\* Pastor George

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

\* Bispo Gilberto

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

\* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PRTB)

\* Gustavo Valadares

Irani Vieira Barbosa (PFL)

\* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

\* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

\* Jayro Lessa

João Bittar Júnior (PFL)

\* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

\* Padre João

José Alves Viana (PFL)

\* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PMDB)

\* Bonifácio Mourão

José de Freitas Maia (PSDB)

\* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

\* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

\* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

\* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

\* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PFL)

\* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PST)

\* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (PTB)

\* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

\* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

\*Luiz Humberto Carneiro

Márcio Almeida Passos (PFL)

\* Márcio Passos

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

\* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PCdoB)

\* Jô Moraes

Maria José Haueisen Freire (PT)

\* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

\* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

\* Maria Tereza Lara

Marília Aparecida Campos (PT)

\* Marília Campos

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSB)

\* Mauro Lobo

Neider Moreira de Faria (PPS)

\* Neider Moreira

Olinto Dias Godinho (PTB)

\* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PRTB)

\* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (PFL)

\* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PPB)

\* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PFL)

\* Rêmolo Aloise

Ricardo Duarte (PT)

\* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PFL)

\* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

\* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

\* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PV)

\* Doutor Ronaldo

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

\* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

\* Sebastião Navarro Vieira

Sidney Antônio de Sousa (PL)

\* Sidinho do Ferrotaco

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

\* Vanessa Lucas

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

\* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

\*Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

\*Weliton Prado

Em 12/2/2003

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

## ATA

ATA DA REUNIÃO SOLENE, EM 17/2/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de Presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Declaração de Instalação - Leitura da Mensagem Governamental - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bispo Gilberto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma

Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h15min, havendo número regimental, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo de Minas Gerais, representando o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves; Coronel Sérgio Dias, representando o General Gilberto Barbosa, da 4ªRM/4ªDE; José Bonifácio Borges Andrada, Procurador-Geral do Estado; Conselheiro Simão Pedro Toledo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas; Professor José Antônio dos Reis, Magnífico Reitor da UEMG; Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Major Roberto Torres Alpino, representando o Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, Cel-Av. Márcio Zanetti; e Cel. PM Eduardo Mendes, representando o Comandante-Geral da PMMG, Coronel Álvaro Antônio.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença de Dilce Oliveira, da Defensoria Pública; do Deputado Bilac Pinto, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; de Renato César Santana, Diretor-Geral do DER-MG; e de Gleison Pereira, Presidente do IPSEMG.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à instalação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a assistirem de pé ao ato solene de instalação da 1ª Sessão Legislativa desta legislatura. (- Lê:)

"Declaro instalada a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura."

#### Leitura da Mensagem Governamental

O Secretário Danilo de Castro - Exmo. Deputado Mauri Torres, Presidente desta Assembléia; demais autoridades da Mesa, senhoras e senhores Deputados. (- Lê:)

"Em cumprimento à determinação da Constituição do Estado de Minas Gerais, envio a esta egrégia Assembléia Legislativa mensagem com a prestação de contas das ações executadas pela administração pública estadual no exercício de 2002, durante a gestão do Governador Itamar Franco.

Neste momento de renovação da Casa, aproveito a oportunidade para expressar às Sras. e Srs. Deputados o meu orgulho em governar este importante Estado da Nação, o que farei com grande disposição para enfrentar todos os desafios que se apresentam, uma vez que estou certo de poder contar com a sólida aliança com esse parlamento.

Os relatórios que compõem esta mensagem, elaborados pelos então dirigentes dos órgãos e entidades públicas durante o exercício de 2002, apontam importantes realizações, apesar de um quadro de adversidade nas finanças públicas estaduais. Entre essas realizações, algumas devem ser ressaltadas por se referirem a demandas sociais prioritárias.

Assim, entre as ações relevantes da saúde destacam-se os esforços para habilitar o Estado na condição da gestão plena do sistema de saúde, um avanço importante na medida em que o Estado passa a ter maior controle e autonomia no gerenciamento do SUS. Ainda nesse campo, a implementação do Plano Estadual de Mobilização e Combate à Dengue, em caráter permanente, se apresentou como uma resposta efetiva à gravidade da epidemia, fazendo com que a Secretaria de Estado da Saúde coordene as ações de combate ao vetor em vários municípios, transferindo equipamentos e capacitando recursos humanos.

Na área de Educação, o Programa Bolsa Familiar para a Educação tem contribuído para a erradicação do trabalho infantil e a fixação das famílias em suas localidades. Consolidou-se, em 2002, a implantação do programa em 51 municípios da Mesorregião do vale do Jequitinhonha e, com um orçamento de mais de R\$20.000.000,00, foram atendidas 28 mil famílias, garantindo o acesso e a permanência na escola de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, em situação de precariedade socioeconômica e risco pessoal ou social.

Merece também destaque o projeto Veredas - Formação Superior de Professores, que se propõe a habilitar os professores para o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental. Em 2002, o projeto atendeu a 6.977 professores da rede estadual e a 7.344 professores

da rede municipal.

Na área de segurança pública, foram realizadas, em 2002, diversas operações de integração das ações das polícias, em articulação com as receitas estadual e federal, como fruto de determinação contida no Plano Nacional de Segurança Pública. Neste sentido, foram montadas barreiras nas principais vias de acesso ao Estado, com o objetivo de prevenir e coibir os delitos penais praticados por organizações criminosas, em especial o tráfico de substâncias entorpecentes, o furto ou roubo de veículos, o porte ilegal de armas e as infrações previstas no Código do Trânsito Brasileiro.

Também, por meio do Plano Nacional de Segurança Pública, foram adquiridos vários equipamentos para uso das polícias e aprimorado o sistema de tecnologia de informação nas diversas unidades de segurança no interior. Com isso, pode-se agora contar com um sistema mais ágil e eficaz, que atinge as áreas da polícia judiciária, trânsito e identificação civil, passo importante para a necessária melhoria das condições de segurança pública em nosso Estado.

Na área de justiça e direitos humanos, avanços importantes foram conseguidos na administração anterior. Estão em andamento as obras de construção de 12 penitenciárias-padrões, assegurando a abertura de, aproximadamente, 3 mil novas vagas e a construção de dois centros de atendimento para adolescentes em Montes Claros e Governador Valadares, disponibilizando quase 120 vagas.

Na área de saneamento, foi iniciada a construção da estação de tratamento de esgotos do Onça, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que, quando concluída, possibilitará o tratamento de 100% dos esgotos da Capital e o tratamento dos efluentes para a recuperação da barragem da Pampulha. Além disso, encontram-se em operação as estações de tratamento de esgoto do ribeirão Arrudas em Belo Horizonte, de Ipatinga, Varginha, Frutal e Iturama.

No setor de energia, a CEMIG, em parceria com empresas da iniciativa privada, prepara-se para acrescentar 1.401MW ao parque gerador de Minas Gerais, com seis usinas em construção e duas em processo de implantação, com investimentos da ordem de R\$2.300.000.000,00.

Em relação ao apoio aos setores produtivos, destaca-se o Programa de Organização e Gestão da Pecuária Bovina de Minas Gerais -PROPEC -, visando à sustentabilidade econômica na produção de leite. Foram credenciados 107 municípios, por meio de convênio com o Banco do Brasil, com aprovação de operações de crédito de R\$1.880.000,00. Cabe ressaltar, ainda, que Minas Gerais se encontra livre da febre aftosa, para tanto, foram intensificadas ainda mais as ações de vigilância sanitária.

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG -, por sua vez, desenvolveu ações que resultaram no efetivo apoio aos setores produtivos das várias regiões mineiras. Foram aprovados financiamentos da ordem de R\$521.000.000,00, atendendo a 4.665 clientes, dos quais 4.400 pertencem aos segmentos de microempresas e pequenas empresas, rurais e urbanas, vinculadas a atividades produtivas e de prestação de serviços.

Conforme os relatórios preparados pela administração Itamar Franco, as finanças públicas estaduais constituíram preocupação central da Secretaria de Estado da Fazenda, que vem desenvolvendo e organizando sistemas que envolvem a tributação, a fiscalização e a arrecadação.

O projeto de reestruturação e modernização da SEF tem conseguido assegurar um aumento na receita, o que comprova a devolução da receita de ICMS do Estado, pois, de R\$460.000.000,00 arrecadados em 1999, houve um salto para R\$840.000.000,00, no final de 2002.

Tratam todas as ações destacadas de iniciativas importantes da administração anterior que merecerão de nossa parte todo o apoio para imprimir-lhes continuidade no que for pertinente.

E, quanto aos próximos quatro anos, reafirmo minha firme disposição para enfrentar os desafios que se apresentam, visando à melhoria das condições de vida do povo mineiro e à transformação de Minas Gerais num dos centros mais dinâmicos do País.

Estou ciente das dificuldades financeiras em que o Estado se encontra. Registre-se, a propósito, que a execução orçamentária fiscal referente a 2002 apresentou um resultado nominal negativo de R\$874.000.000,00, valor esse que, na verdade, atingiria cifra superior a R\$1.500.000.000,00, caso não tivesse havido receitas extraordinárias, que foram de R\$120.000.000,00 recebidos do Banco Itaú e R\$557.000.000,00 recebidos da União em dezembro de 2002, como parte do processo de transferência para o Estado da responsabilidade por rodovias federais que cortam Minas Gerais. Essas receitas, por certo, já não ocorrerão, o que faz com que o déficit projetado para 2003 possa chegar a mais de R\$2.000.000.000,00. Tal situação, entretanto, não pode ser posta como justificativa para o imobilismo da administração que se inicia. Ao contrário, temos o firme propósito de buscar soluções efetivas, mesmo que na forma de medidas difíceis e que resultarão em sacrifícios para todos os órgãos estaduais. Minha equipe já vem trabalhando nesse sentido, desde o primeiro dia do Governo, com esforços em todos os componentes das finanças públicas: receitas, despesas e dívida, uma vez que a dimensão do problema exige soluções complexas e de grande alcance.

Algumas medidas, aliás, já foram tomadas e estão em prática, visando a assegurar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na Lei nº 14.371, de 26/7/2002. Entre elas, o Decreto nº 43.147, de 3 de janeiro deste ano, que dispõe sobre o controle do gasto público nos 100 primeiros dias do Governo, impondo restrições a diversos tipos de despesas, e o Decreto nº 43.161, de 22 de janeiro, que, ao dispor sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades do Poder Executivo no primeiro trimestre, levou em conta uma redução de 20% nas outras despesas correntes financiadas com recursos do Tesouro Estadual.

Em outra frente de trabalho, minha disposição em dar início, já neste primeiro mês do Governo, à reforma institucional e administrativa que o Estado requer teve a colaboração direta desta Casa, que, por meio da Resolução nº 5.210, de dezembro de 2002, permitiu a edição da Lei Delegada nº 49, de 21/1/2003, e as demais publicadas ao final do mês.

Expresso, nesta oportunidade, meus agradecimentos à confiança do Legislativo nesta administração que se inicia, já que, pela delegação de poderes a mim conferida, foram viabilizadas as condições para que o processo de reorganização institucional pudesse ser conduzido com a presteza necessária à urgência do assunto.

As medidas tomadas neste primeiro mês do Governo constituem os passos iniciais para o choque de gestão com o qual me comprometi desde a campanha eleitoral, com o objetivo de dar ao Estado modernidade, agilidade e eficiência, adequando-o aos novos tempos, e, ao mesmo tempo, de garantir a transparência aos atos e às ações do Governo.

Pontos importantes da reforma implementada foram a fusão e a reestruturação das secretarias de Estado, que, além de reduzirem o seu número, promoveram uma estrutura mais adequada aos desafios de uma moderna administração. Além disso, foram reduzidos os cargos comissionados e realizadas alterações que visam à eficácia do planejamento e da gestão dos próprios órgãos da administração pública e ao controle eficaz das ações e dos gastos efetuados pelos agentes públicos.

Assim, as funções da área meio dos órgãos públicos, planejamento, administração e finanças, foram unificadas, possibilitando que as ações planejadas fossem efetivamente executadas, à medida que se viabilizam os meios para a mais eficiente implementação e acompanhamento das políticas públicas e dos programas governamentais.

Para o controle eficaz das ações e dos gastos efetuados pelos agentes públicos, todas as secretarias, fundações e autarquias passam a contar com uma auditoria, subordinada tecnicamente não aos dirigentes das respectivas instituições, mas à Auditoria Geral do Estado, visando propiciar-lhe autonomia para o exercício da função. O mesmo modelo foi adotado para as unidades jurídicas, vinculadas agora ao Procurador-Geral do Estado.

Numa próxima etapa, serão criadas também unidades de ouvidorias, estabelecendo-se uma rede de proteção ao usuário do serviço público em Minas Gerais.

Outra inovação, na reforma implementada, é a criação da função gratificada, em caráter experimental e em substituição a alguns cargos comissionados. Destinada exclusivamente aos servidores de carreira, tal iniciativa representa avanço importante para a valorização dos servidores públicos, uma vez que serão estabelecidos critérios de mérito para o provimento dessa função.

Ressalto que a reestruturação promovida por meio das leis delegadas teve como foco não apenas o equacionamento da finanças públicas estaduais, por mais grave e urgente que tal situação se apresente, mas, em especial, a adequação da máquina pública estadual aos novos desafios do desenvolvimento e ao novo papel do Governo. Trata-se de fazer certo e com mais eficiência o que deve ser feito, reduzindo-se, assim, seus custos e não apenas fazer o que já vem sendo feito, com menos recursos. Desse modo, a reestruturação institucional, além de garantir a eficácia e a eficiência do aparato estatal, terá, em médio prazo, impactos nas contas públicas e, por consequência, viabilizará novos recursos para a implementação das políticas públicas e investimentos necessários à melhoria da qualidade de vida e ao crescimento do Estado.

Ainda neste primeiro mês de Governo, motivado pela necessidade de pôr em prática o "choque de gestão", criei, por meio do Decreto nº 43.145, de 2 de janeiro, o Colegiado de Gestão Governamental, composto por câmaras temáticas - Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, Desenvolvimento Econômico e Infra-Estrutura e Desenvolvimento Social e Cidadania -, as quais imprimirão ao Estado a imprescindível integração governamental e, portanto, condições essenciais para a execução de políticas públicas prioritárias. Com a mesma motivação, criei o Programa de Modernização da Gestão, por meio do Decreto nº 43.146 da mesma data, visando à implantação de ações de modernização nos diversos componentes da administração pública.

Por certo, há muito ainda a ser feito no campo da gestão pública, assim como são urgentes e desafiadores os problemas no campo das finanças públicas.

Neste início de um novo século, em um momento em que todos os países reacomodam sua economia e suas idéias políticas, novos desafios terão de ser enfrentados pela sociedade brasileira, e Minas Gerais contribuirá com seu trabalho e austeridade.

Por meio de uma administração eficaz e transparente, comprometo-me com a promoção do desenvolvimento econômico e social, visando à melhoria da qualidade de vida em todos os recantos do Estado, assegurando o acesso a serviços essenciais e de qualidade na educação, na saúde e segurança pública, como funções básicas do Estado, e, no acesso ao emprego, condição fundamental para a promoção da cidadania.

Nessa luta, em favor da sociedade mineira e de todos os brasileiros, estou certo de que o Legislativo e o Executivo de Minas Gerais estarão unidos.

Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais."

#### Palavras do Sr. Presidente

Autoridades que compõem a Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, autoridades civis e militares, imprensa presente, senhoras e senhores, ao abrir os trabalhos da 1ª Sessão Legislativa desta 15ª Legislatura, estou, como todos, consciente do significado deste momento, tanto no contexto do País quanto no do Estado de Minas Gerais. Este é um tempo especial, de mudanças, de uma esperança que retorna, pela fé na dignidade dos governantes e na capacidade de escolha do povo, que, com muita honra, representamos nesta Casa.

Portanto, é com profundo entusiasmo que saúdo os colegas parlamentares, companheiros da jornada que tem hoje seu início e que, certamente, marcará a biografia política de cada um de nós, representantes que somos de uma cidadania plena de confiança e de uma democracia que luta pela sua consolidação.

Em sintonia com este momento ímpar vivido pelo País, as ações deste parlamento demonstrarão que em Minas Gerais há uma classe política e parlamentar zelosa dos interesses de um Estado que é parte ativa da Federação.

Teremos a oportunidade de conviver com um Governador que detém uma rara experiência parlamentar, pois sua experiência na Presidência da Câmara dos Deputados soube transformar o Plenário daquela Casa num espaço privilegiado de debate das grandes questões nacionais. O espírito de independência e autonomia do Poder Legislativo é o exemplo que ficou da dinâmica e corajosa atuação do então Deputado Aécio Neves, hoje, pela maciça vontade popular, o Chefe de nosso Executivo.

É essa independência que faz de cada um de nós, Deputados Estaduais, os intérpretes e, antes de tudo, os interlocutores de uma sociedade cujos anseios e opções têm de ser soberanamente respeitados. Legislar tem-se tornado uma função cada vez mais partilhada com a fiscalização dos recursos públicos e a formulação das políticas do Estado. Assim, a Assembléia deve marcar firmemente sua presença na definição de planos e políticas do governo, como parceira privilegiada da sociedade, sem se descuidar do acompanhamento e do controle das ações do Estado e da execução orçamentária.

Estar presentes nos debates nacionais, numa época de reformas e de crise financeira e fiscal, é o grande desafio ao qual não podemos nos furtar. Por essa razão, venho, desde minha eleição para a Presidência desta Casa, afirmando o nosso pacto com a austeridade e o senso da responsabilidade pública.

Mas para enfrentar esta grave crise que atinge hoje o nosso País e o nosso Estado, em especial, e atender aos mais legítimos reclamos da sociedade mineira, a Mesa da Assembléia reitera, em seu programa de ação, o compromisso com a austeridade, a transparência, a participação e a ética.

Cada uma dessas quatro palavras expressa um compromisso deste parlamento com o povo que representa. E esses compromissos, posso-lhes

garantir, em nome da Mesa desta Casa, serão honrados dia a dia e pautarão cada uma das nossas ações.

E saibam todos que estas não são palavras vãs. As medidas já adotadas por esta Mesa comprovam nossa disposição de lutar pelos nossos objetivos.

Um novo estilo de gestão, pautado pelo rigor e pela necessidade imperiosa de colaborar para o reequilíbrio financeiro e orçamentário do nosso Estado, será implantado nesta Casa.

Para garantir maior transparência administrativa, passaremos a adotar na Casa o chamado pregão eletrônico. Será feita, no dia 24 deste mês, a implantação do SIAFI Assembléia, que permitirá a disponibilização de informações sobre a execução orçamentária, financeira e contábil da Casa, no endereço eletrônico [almg.gov.br](http://almg.gov.br). Dados essenciais sobre o Poder Legislativo e a atividade político-parlamentar serão divulgados por via da Internet.

Cientes de que austeridade e transparência apenas não bastam, pretendemos abrir espaço cada vez maior para a participação popular no processo legislativo. Estamos certos de que não se pode prescindir da presença dos mineiros nos debates sobre as questões fundamentais para o nosso Estado, seja em audiências públicas, seja no trabalho da comissão de legislação participativa, que, em breve, deverá ser criada, ou nas inúmeras discussões promovidas pela Assembléia.

Esse nosso compromisso com a sociedade decorre, é claro, das urnas: representamos aqui as aspirações das mais diversas camadas da população mineira e é com aqueles que nos elegeram que selamos o nosso maior compromisso.

Outra palavra de ordem neste parlamento é ética, pois não há como assegurar austeridade, transparência e participação sem respeito aos princípios éticos. Nesse aspecto, o papel da Comissão de Ética e da Ouvidoria Parlamentar, criadas no final da legislatura anterior, será decisivo.

Somos, e temos plena consciência disso, um Poder que se reafirma, e essa reafirmação só se fará com austeridade, com transparência, com um trabalho ético e aberto à participação popular.

Para alcançar nossas metas, a colaboração interna é essencial. Por isso conto com o trabalho competente, dedicado e responsável dos servidores desta Casa, para que nossas rotinas se afinem e se aperfeiçoem ainda mais.

A tarefa que nos aguarda, estou certo, é árdua, e difíceis serão os novos tempos, o que irá requerer coragem, firmeza e vontade de fazer de cada um de nós, parlamentares. O trabalho deste Plenário, das comissões, e a participação efetiva da sociedade no processo legislativo haverão de refletir nosso abnegado compromisso com o aprimoramento das causas da democracia e da liberdade.

Este parlamento, nesta hora grave para o nosso País, não poupará esforços para a reconstrução de Minas e demonstrará sua firme disposição de contribuir para a aprovação das leis necessárias ao fortalecimento do nosso Estado. Já comprovamos nossa determinação, ao conceder delegação de poderes ao Governador Aécio Neves para realizar as reformas indispensáveis ao aperfeiçoamento da administração estadual. Este Plenário será ainda palco de amplas discussões sobre as reformas tributária e previdenciária, que se revelam tão necessárias ao desenvolvimento do Brasil e de Minas, e lutará com vigor na proteção dos interesses da sociedade mineira.

Unindo-nos ao Governador do Estado, defenderemos mudanças na legislação que trata da cobrança de "royalties" sobre a produção de energia elétrica e minerais e trabalharemos para que as grandes reivindicações do povo mineiro sejam atendidas.

Conclamo, pois, cada um dos parlamentares desta Casa a oferecer sua melhor contribuição para o êxito dessa dura caminhada rumo à construção de uma Minas mais forte, mais unida e mais rica. Sejamos todos conduzidos pelo ânimo, pelo bom-senso e pela fraternidade. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da reunião, encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 18, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia anterior.). Levanta-se a reunião.

### ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária, em 19/2/2003

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.327, que institui o Programa Estadual de Inspeção e Controle da Emissão de Poluentes Atmosféricos e Ruídos Produzidos por Veículo Automotor em Uso - PROGRAMA I/M - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/2/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Bejani

nomeando Michelle Marina Silva Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Mauro Roberto da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Maria das Graças Diório Mayrink do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Sheila Maria Mayrink Cardoso para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete da Deputada Lúcia Pacífico

nomeando Eduardo Nogueira Monção para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Paulo César

nomeando Esdras Dalseco para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ricardo Duarte

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/2/2003, que nomeou Renato Miguel de Queiroz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Luiz Felipe Pereira Miranda para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando José Augusto Ribeiro para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Piau, Vice-Líder do Governo;

nomeando Sandra Aparecida Pereira Vinhal Muzzi para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PFL/PPB.

### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Patrocínio. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Monte Alegre de Minas. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação

repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Juramento. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Itanhomi. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Felisburgo. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Conceição de Espinosa. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Passa Quatro. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Conselheiro Pena. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Patis. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Sacramento. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município do São João da Ponte. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.